

Escola Sem Partido (ESP): indicativos de representações sociais de professores

Nonpartisan School Movement (ESP): elements of teachers' social representations

Laeda Bezerra Machado

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Mayara Correa da Silva Mendes

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Resumo: O artigo tem, como objetivo, identificar as representações sociais construídas por docentes do Ensino Médio a respeito do movimento “Escola Sem Partido” (ESP). A Teoria das Representações Sociais foi tomada como referencial para a pesquisa. Participaram do estudo 15 docentes de Ensino Médio de Recife-PE e Região Metropolitana. Os procedimentos de coleta utilizados foram questionário e entrevista. O material foi processado pelo *software* IRAMUTEQ, que gerou uma nuvem de palavras e uma figura (análise de similitude). Os resultados apontam como elementos de representação social do ESP: o professor como figura central dos ataques propostos pelo movimento, posição de neutralidade dos docentes e a falta de informações sobre o ESP. Sugere-se que sejam tomadas iniciativas, sobretudo, por parte dos sindicatos junto aos professores, a fim de oferecer maiores esclarecimentos sobre o ESP e suas implicações.

Palavras-chave: Escola sem partido. Representações Sociais. Professor.

Abstract: This article aims to identify the social representations built by high school teachers about the “Nonpartisan School” (ESP, Brazilian acronym) movement. The Theory of Social Representations was taken as a reference for the research. Fifteen high school teachers from the Pernambuco State city of Recife and surrounding cities participated in the study. The collection procedures used included questionnaires and interviews. The material was processed by the IRAMUTEQ software, which generated a word cloud and a figure (similarity analysis). The results revealed the following elements of the social representation of ESP: the teacher as a central target of the attacks proposed by the movement, the neutral position of teachers, and the lack of information about ESP. We suggest that initiatives be particularly taken by trade unions to provide teachers with further explanation about ESP and its implications.

Keywords: Nonpartisan School Movement (ESP). Social Representations. Teacher.

Introdução

Na atualidade, muito tem se propagado em torno de questões ideológicas que envolvem a formação dos sujeitos na escola e, especialmente, o trabalho desenvolvido pelos professores. O que o movimento Escola Sem Partido (ESP) dissemina contradiz a liberdade pedagógica declarada nos incisos II e III do artigo 206 da Constituição Federal, a saber: "[...] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino" (BRASIL,1988). Em contraposição ao que declara a Constituição Federal, o Art. 2º do Projeto de Lei 867/2015 define que a educação nacional deve se orientar por alguns princípios, dentre eles, a neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, pluralismo de ideias no ambiente acadêmico e a liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência.

Quando se confronta o que preconiza a Constituição com o que estabelece o projeto da Escola Sem Partido, fica claro que os direitos constitucionais de liberdade estão sendo ignorados. Conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), a educação deve ser regida e inspirada, dentre outros princípios, pela liberdade de ensinar e aprender.

Nesse contexto, uma vez aprovado, o ESP provocará mudanças na escola, que não mais será um local onde se possa discutir, aprender e lidar com as diferenças, mas será reduzida à transmissão do conhecimento sem discussão ou construção para o futuro cidadão. O movimento põe em ameaça grandes reflexões do campo pedagógico construídas nos últimos anos, como também os direitos educacionais conquistados. Inspirado no liberalismo educacional, o movimento ESP planeja que a cidadania e liberdade devem ocorrer sem a ação do Estado, de modo que caberia à escola e a seus docentes apenas o papel de informar, pautados em uma pressuposta objetividade e neutralidade.

No tocante aos docentes, o movimento parte do argumento de que eles ensinam o que têm interesse e com que concordam nos limites de suas perspectivas político-partidárias. O ESP, diante disso, reivindica o direito à tradição, que é entendido como conservadorismo e tem seus princípios baseados na defesa da família tradicional, liberdade econômica e Estado mínimo.

Percebemos que o conteúdo do PL 867/2015, além de disciplinar os docentes, defende a militarização e o antipartidarismo, ou seja, ausência de influências partidárias, da sociedade civil, de organizações de grupos econômicos ou religiosos.

As atuais informações acerca de ameaças e perseguição a professores propostas pelo ESP, aliadas a experiências vivenciadas em escolas de Ensino Médio, nos leva a investigar as representações sociais desse movimento entre docentes que atuam no período final da educação básica. Selecionamos a Teoria das Representações Sociais (TRS), devido ao seu caráter interdisciplinar, pois trata-se de uma teoria que vem sendo utilizada em várias áreas, dentre elas, a educação. O referencial tem contribuído para se compreender os fenômenos educacionais em sua diversidade e heterogeneidade.

Por ser um assunto polêmico, de caráter ideológico, reproduzir expectativas e sentidos entre os mais variados grupos de nossa sociedade, bem como de outros que contestam e criticam o movimento, o ESP pode ser tomado como um objeto de estudo pela Teoria das representações Sociais. Conforme Sá (1998), não é todo conhecimento que pode ser determinado como representação social. Só há representação social quando “o objeto se encontra implicado em alguma prática do grupo, aí incluída a da conservação e a da exposição aos meios de comunicação” (SÁ, 1998, p. 22). Admitimos que, no atual contexto político social brasileiro, o projeto da ESP constitui-se um objeto representacional, pois o debate que o envolve é polêmico e tem se disseminado na sociedade e entre os docentes. Nessa perspectiva, o artigo procura identificar as representações sociais construídas por docentes do Ensino Médio a respeito do movimento “Escola Sem Partido”, indicando possíveis atitudes dos docentes frente a esse movimento.

Escola Sem Partido: algumas considerações

O Escola Sem Partido (ESP) constitui-se como uma organização idealizada pelo advogado paulistano Miguel Nagib em 2004, apresenta características tradicionais, conservadoras e religiosas. As forças envolvidas nessa organização questionam a suposta doutrinação de professores nos diferentes níveis educacionais através de uma presumida imposição ideológica, político-partidária e das questões de gênero. De acordo com Nagib (2016), o movimento preocupa-se com o “exército organizado de militantes”, “falsos educadores” que, na função de professores, abusariam da liberdade de cátedra e do “segredo” da sala de aula para ditar aos estudantes sua própria “visão de mundo”.

Aqui no Brasil, o movimento ganhou amplitude quando do combate ao que se denominou “ideologia de gênero”, obrigando o Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024) a excluir de sua pauta referências à redução das desigualdades de gênero. Ao ganhar “força”, a iniciativa foi abraçada por movimentos e por partidos políticos; projetos começaram a tramitar nos legislativos estaduais e municipais. No âmbito federal, foi proposto um projeto de lei (PL) em 24 de fevereiro de 2014, que se tornou o PL

n.7180/2014, do Deputado Erivelton Santana, cuja intenção é inserir o movimento nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

De acordo com Santos e Pereira (2018), são quatro os elementos que dão singularidade ao ESP: proposição de parlamentares conservadores; ataque à educação; ataque à escola pública; adesão do setor privado. O PL defende que os professores praticam partidarismo político-partidário e aniquilam o direito de aprender dos alunos.

Na produção científica sobre Escola Sem Partido e representação social, não identificamos trabalhos que investiram no estudo dessa temática. Essa produção, de maneira geral, trata sobre o que é o movimento, origens (internacional e nacional) e suas consequências aos direitos educacionais já conquistados. A respeito dos trabalhos sobre o tema, detectamos quatro artigos que abordam o movimento.

Santos e Pereira (2018), em debate acerca do processo de militarização das escolas públicas brasileiras e o movimento Escola Sem Partido, apontam que ambos colocam em risco os direitos sociais e, mais especificamente, o direito à educação. Tanto o Escola Sem Partido como a militarização das escolas públicas são projetos conservadores para a manutenção da hegemonia do capital através de uma formação acrítica.

Ao debater o papel da educação básica no Brasil, Katz e Mutz (2017) analisam os vários retrocessos a ela relacionados, como a reforma do Ensino Médio, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos gastos públicos, as proposições do movimento Escola Sem Partido e as diversas ocupações estudantis nas escolas. Revelam que esses movimentos transitam entre a crítica radical da escola e a potência da instituição nos dias atuais.

Neto e Cardoso (2017), ao analisarem os princípios constitucionais e pedagógicos da liberdade de cátedra e da autonomia universitária frente ao Movimento Escola Sem Partido, concluem que a liberdade de ensino defendida é inconstitucional e que os limites colocados ao exercício da liberdade de ensinar impedem que se confundam com a liberdade de opinião do docente.

Lima e Peroni (2018), em discussão sobre as implicações do Escola Sem Partido para a democratização da educação pública brasileira, destacam três dimensões: a) do trabalho docente, que passa a ser censurado e constantemente vigiado, perdendo sua dimensão social de formação para a cidadania, para a diversidade e para o convívio social; b) do currículo escolar, que se esvazia do sentido social, ficando reduzido a uma lista de conteúdos e conhecimentos, supostamente neutros; e c) da função da escola na construção de valores democráticos e exercício da cidadania e da criticidade.

Trata-se, portanto, de um movimento contrário à democracia brasileira e rompe com a possibilidade de construção de uma educação emancipadora, vinculada aos valores sociais, políticos e culturais existentes na diversidade e que possibilitam uma prática democrática na escola. Nessa perspectiva, reconhecemos como pertinente analisar as representações sociais construídas por docentes do Ensino Médio frente ao ESP.

Teoria das Representações Sociais

O conceito de representação social teve a sua origem na Psicologia Social europeia, em contraposição à Psicologia Social americana, de caráter funcionalista e positivista. O que era inicialmente um conceito, evoluiu para o que hoje denominamos Teoria das Representações Sociais (TRS). Como afirma Moscovici (1978), não é fácil definir representações sociais, é mais fácil identificá-las. Segundo o autor, representações sociais constituem um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais: podem ser vistas como a versão contemporânea do senso comum.

Representação social é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada que concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 2001). Podemos dizer que representações sociais são formas de explicarmos a realidade, construídas na confluência dos diversos saberes que adquirimos. As representações são partilhadas e orientam as nossas práticas e comportamentos. Criamos representações sociais porque temos necessidade de explicar a realidade e nos familiarizarmos com aquilo que ainda não nos é familiar.

Três dimensões compõem as representações sociais: informação, atitude, campo representacional ou imagem. Não há representação se não temos informação sobre o objeto representado; a atitude refere-se à tomada de posição, a respeito de um fato ou evento, vinculada à história do indivíduo ou grupo. Estas duas dimensões anteriores se estruturam na imagem ou campo representacional, que diz respeito à organização e à hierarquização das informações sobre o objeto. Quanto mais organizado o campo representacional, mais “rica” será a imagem sobre aquele objeto (MOSCOVICI, 1978).

São dois os processos que dão origem às representações sociais: a objetivação e a ancoragem. A objetivação é o processo que torna concreto o que, antes, era abstrato, ou seja, o desconhecido torna-se familiar. Ancoragem caracteriza-se em transformar o desconhecido em algo conhecido, através da comparação com campos já conhecidos. De acordo com Santos (2005), a ancoragem é a inserção do objeto em um sistema de

pensamentos antecedentes que estabelecem uma rede de significações em torno do mesmo, atribuindo-lhe sentido permitindo orientar as práticas dos sujeitos. O estranho, de fato, torna-se familiar.

Adotamos a abordagem original das representações sociais, que parte da noção básica de que uma representação social é uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto.

Metodologia

O presente artigo resulta de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2001), a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e propõe-se a aprofundar processos particulares a indivíduos e grupos. Participaram do estudo, 15 professores de Ensino Médio, que exercem suas atividades em instituições públicas estaduais de Recife e Região Metropolitana. Os critérios para seleção dos sujeitos foram: atuar apenas no Ensino Médio e exercer suas atividades em escolas estaduais de Recife e Região Metropolitana. A escolha por esse grupo de professores ocorreu em virtude de lidar com o público jovem (de 15 anos ou mais) que, supostamente, estaria mais propício a participar dos movimentos políticos e sociais.

Os participantes atuam em variadas áreas do conhecimento, assim distribuídos: cinco são graduados em Letras; dois em Física; três em Ciências Biológicas, dois em Geografia; um em História, um em Química; e um em Matemática. Desses professores, oito são do gênero feminino e sete do gênero masculino. A idade dos participantes variou de 21 a 55 anos. A respeito do tempo de docência, cinco professores tinham até 10 anos, cinco até 18 anos e cinco possuem mais de 30 anos de exercício profissional.

Como instrumentos de coleta, utilizamos um questionário e uma entrevista semiestruturada. O questionário foi utilizado para traçar o perfil dos docentes, o qual continha apenas uma questão aberta. A entrevista semiestruturada foi utilizada com o objetivo de identificar as representações sociais construídas por docentes do Ensino Médio a respeito do movimento “ESP” e possíveis atitudes dos participantes frente a esse movimento.

Para processamento da questão aberta do questionário e da entrevista, utilizamos o *software* IRAMUTEQ. O *software* gerou uma nuvem de palavras (Figura 1), que indica o conteúdo representacional das respostas dos professores ao que seria o movimento Escola Sem Partido. No tocante às entrevistas, utilizamos para processamento no *software* a análise de similitude, baseada na teoria dos grafos¹, que permite identificar as concorrências, polos ou zonas temáticas que agrupam palavras por semelhança. Para processamento do *corpus*

(de entrevistas), transcrevemos os depoimentos, formatamos o arquivo no padrão exigido pelo *software*, utilizando o mínimo de caracteresⁱⁱ, salvamos o arquivo com a codificação UTF-8 no bloco de notas e, por fim, fizemos o processamento dos dados, que resultou na Figura 2.

Resultados e discussão

Apresentamos os resultados em duas seções. Na primeira, expomos a nuvem de palavras, que sinaliza o conteúdo das representações sociais dos participantes sobre o papel da escola frente ao movimento e, na segunda, indicamos e discutimos a análise de similitude decorrente das entrevistas realizadas com os sujeitos sobre o tema.

Conteúdo das representações sociais sobre o papel da escola frente ao ESP

Após o processamento do *corpus* (respostas à questão aberta do questionário), o *software* IRAMUTEQ organizou o material referente ao papel da escola pública frente ao movimento ESP (Figura 1).

Figura 1: Nuvem de palavras sobre o papel da escola frente ao ESP



Conforme constatamos na Figura 1, as palavras *professor*, *dever*, *aluno*, *conhecimento* e *liberdade* são as mais salientes e as mais verbalizadas pelos participantes quando se referiram ao papel da escola frente ao movimento ESP. Na referida figura, o termo *professor* ganha maior destaque, pois, para grande parte dos entrevistados, é o professor o agente principal da escola e é ele quem irá sofrer diretamente as consequências do movimento ESP, dentre elas destacam o impedimento da liberdade de ensinar. A esse respeito, afirmam: “Eu acho que a escola se sente desconfortável. É um movimento em que o professor não pode

opinar, o professor perde a liberdade de opinião, de disposição, já que ele não pode discutir, principalmente, assuntos sociais” (Suj.12 - Prof.Let.).

Os termos *liberdade e autonomia* também ganham relevância nas respostas dos docentes, eles justificam que ambas estão sendo feridas com o movimento ESP. Conforme alguns participantes, para enfrentar e resistir, o professor precisa de aliados na escola e comunidade. Afirmaram:

A difícil missão das escolas é se tornar resistência em meio a tantos atos de poda da liberdade e autonomia das mesmas, principalmente dos professores. [...]E não tem a ver só com professores, diretores e funcionários da escola... Mas, comunidade, pais, alunos... Temos que parar de fazer deles nossos inimigos. E aprender que juntos somos mais fortes. (Suj.10 - Prof.Let.)

É lutar para que não consigam extinguir de vez [...] é um dos principais papéis que a escola desempenha, mas que está sendo quebrado. Como um professor não vai poder trabalhar certos conteúdos? Sinto que é como se uma faca estivesse atravessando a nossa autonomia. (Suj.13 - Prof.Let.)

Os professores comentam que a escola precisa de liberdade e autonomia para desenvolver seu trabalho e, ao mesmo tempo, questionam sobre como aliar dois princípios fundamentais à educação. As escolas não podem decidir “o quê” e “como” ensinar aos estudantes, algo já definido e prescrito por um currículo do qual não tomaram parte em sua elaboração. Entendemos que a busca pela autonomia é contínua, necessita da participação não só dos professores, mas de toda comunidade escolar, o que, por sua vez, resultará em um fortalecimento da instituição, pois, com a liberdade de escolha, as responsabilidades são encaminhadas para todos os atores envolvidos no processo educacional.

A partir de Freire (1967), o que podemos depreender acerca do movimento é uma prática na escola voltada para a alienação, uma “educação” para o homem-objeto e não para o homem-sujeito. Ressaltamos, com base no mesmo autor (FREIRE, 1997), que a escola deve ter liberdade para garantir a formação de cidadãos esclarecidos e críticos.

A respeito da palavra *conhecimento*, os participantes comentam que uma escola democrática garante acesso aos variados conhecimentos, podendo se posicionar frente às diferentes questões. No entanto, nesse contexto de ameaças à liberdade de expressão, seu papel fica comprometido. Portanto, conforme os entrevistados, não se pode aceitar o ESP de forma tranquila. Afirmam: “A escola tem que se posicionar contra esse movimento e defender seu papel na sociedade, na construção de uma consciência política plural, livre de amarras retrógradas” (Suj.11 - Prof.Geog.); “Precisamos de uma escola democrática

que garanta o acesso ao conhecimento [...] Temos direitos, está na lei a liberdade da escola, não podemos aceitar. Resistir é palavra de ordem” (Suj.08 - Prof.Fís.).

Ao mencionarem o termo *aluno*, os entrevistados enfatizam que a escola deve orientar seus alunos a serem questionadores, de modo que todos tenham o direito de expor sua opinião sem impor nenhuma linha de pensamento. Declara um docente: “Todo aluno ou professor tem direito de expor sua opinião, mas não de impor sua opinião como a correta. A escola tem que seguir essa linha de pensamento” (Suj.05 - Prof.Quím.).

A palavra *dever* remete à responsabilidade que a instituição escolar assume como formadora de cidadãos. Na visão de alguns professores, a escola deve se manter **neutra** frente ao movimento ESP. A esse respeito, posicionou-se um participante: “A posição da escola frente ao movimento escola sem partido deve ser neutra, não deve tomar nenhum partido” (Suj.07 - Prof.Fís.).

De acordo com Santos e Pereira (2018), a escola tem papel essencialmente político, ou seja, não há neutralidade no ato de ensinar. O conjunto das teorias de ensino e aprendizagem se orienta por determinadas concepções de homem e sociedade. A neutralidade a que se refere o movimento ESP implica em negação do diferente e intolerância ao heterogêneo. Conforme as respostas, para três professores, a escola deve se manter neutra frente ao ESP. Uma docente comenta que este tipo de questão não tem sido abordado na escola em que trabalha e, para dois professores, a escola está apática em relação ao movimento. Depreendemos que tais posições talvez estejam relacionadas ao fato de o projeto ESP encontrar-se no momento arquivado no Congresso Nacional.

É possível dizer que, para o conjunto dos docentes, a posição da escola frente ao movimento ganha dimensões variadas. No entanto, para a maioria dos respondentes (oito), o papel da escola é de resistir, lutar contra o movimento e defender seu papel na sociedade, conforme afirma um dos docentes:

A escola precisa se posicionar contra o movimento, defender que seu dever é de construir uma consciência política plural, livre das amarras retrógradas que impedem os educandos de se identificarem com aquilo que se aproxima do que eles acham correto, mediante estudos e conhecimentos adquiridos nos espaços escolares (Suj.11- Prof.Geo.).

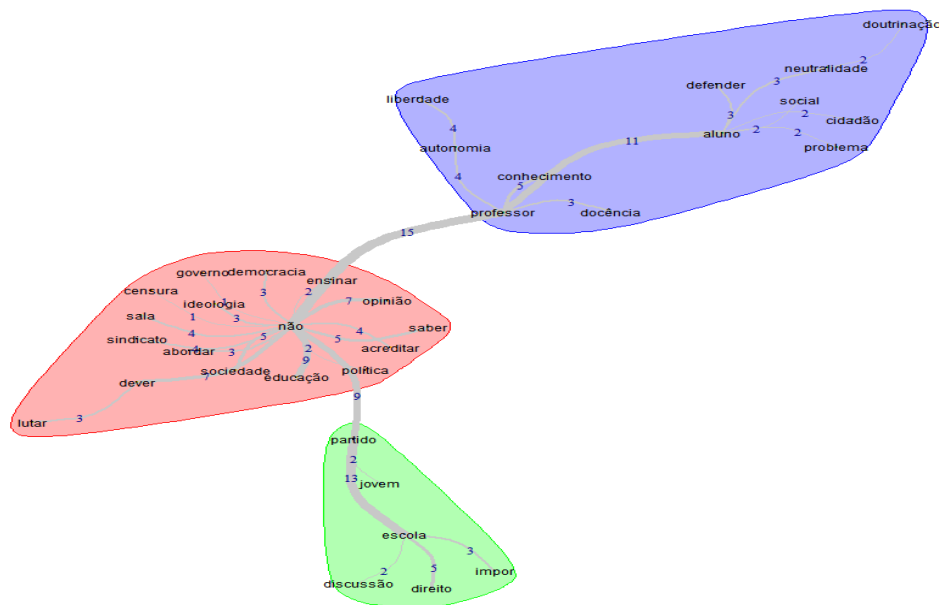
Com base na nuvem de palavras (Figura 1), para os participantes desta pesquisa, o movimento da ESP apresenta variações. A maior parte do grupo pesquisado opina que a escola deve combater ao máximo o movimento, reconhecido como um retrocesso no âmbito educacional. Por outro lado, outro grupo manifesta-se pela neutralidade da educação, ou seja, a escola deve manter-se neutra frente a esse movimento. Sobre tal neutralidade, indicamos seu potencial ideológico, pois o conhecimento não é neutro.

Ressaltamos que é exatamente isto que o movimento prega e a neutralidade resulta em uma rede de contradições, em relação à qual a escola deve manter-se atenta. Em suma, o conteúdo das representações sociais extraído desses depoimentos (resumidos na Figura 1) é misto, envolve recusa, resistência, reafirmação da autonomia da escola e, ao mesmo tempo, está associado à neutralidade, isto é, ao não envolvimento ou posicionamento dos professores frente a esse projeto.

Análise de similitude: indicativos de representações sociais do movimento da ESP para professores de ensino médio

A análise de similitude do *corpus* das entrevistas com os 15 professores permitiu identificar as concorrências entre as palavras, resultando em polos temáticos que se formam através da semelhança entre as mesmas (Figura 2). Salientamos que, para processamento das entrevistas, arbitramos como frequência mínima das palavras ($f=03$).

Figura 2: Análise de Similitude referente às entrevistas com os docentes do ensino médio



Conforme é possível visualizar acima, a Figura 2 é composta por três polos: um central (na cor rosa) e dois periféricos (nas cores azul e verde). O polo cor de rosa agrega os termos que se relacionam ao significado do movimento Escola Sem Partido; o polo azul refere-se ao docente frente ao ESP; e o verde diz respeito à escola e aos alunos frente ao movimento.

É possível perceber, na Figura 2, a forte ligação entre os termos *professor* e *ensinar*, ambos localizados em polos distintos; esta ligação diz respeito ao professor e seu papel. No polo central, encontram-se as palavras: *governo, democracia, censura, ideologia, ensinar, sociedade, educação, sindicato, política*. Tais palavras remetem ao significado do movimento Escola Sem Partido. Identificamos que a palavra *censura* denota um caráter negativo do movimento. Para alguns participantes, corresponde a uma forma de intimidação dos professores, como afirma um dos participantes: “É uma censura dentro de um regime democrático, uma censura que é, ao mesmo tempo, aberta e velada. É um morde assopra” (Suj.04 - Prof.Geog.).

No mesmo polo central, destacamos o termo *não*. Localizado bem no centro da Figura 2, ele faz ramificações com várias outras palavras. Em primeiro lugar, identificamos que o termo *não* refere-se à falta de conhecimento dos docentes sobre o movimento ESP. Sobre isto, um dos sujeitos destaca: “Eu acho que é mais uma coisa que as pessoas estão criando para ter mais um problema. Já temos tantos problemas na área da educação que isso vem para criar mais um problema, para isso só faz os alunos serem mais problemáticos do que já são” (Suj.09 - Prof.Let.). O termo negativo estabelece ligações com as palavras: *ensinar, abordar, sindicato, opinião, ideologia, democracia, sociedade, educação e saber*. No tocante a estas articulações, identificamos que as palavras *ensinar, abordar e opinião* estão relacionadas à censura que os docentes sofrerão, caso o movimento venha a ser implementado. As restrições limitam os deveres dos professores em relação a conteúdos, bem como à sua postura em sala de aula. O termo *sindicato*, quando dito pelos participantes, concerne à falta de atenção do sindicato frente à temática com os professores. Foi identificado que não são todos os participantes que tiveram apoio ou até mesmo oportunidades para discutir o ESP e suas implicações. Os termos *democracia, sociedade e educação* remetem a significados semelhantes, uma vez que, para os professores, o movimento nega essas possibilidades no âmbito educacional.

O termo *ideologia* concerne ao teor do movimento. Nas respostas, os professores fazem referência à utopia defendida pelo movimento, ou seja, uma escola sem *ideologias*. Algo inconcebível, pois entendemos que a escola tanto pode desempenhar o papel de “aparelho ideológico” quanto pode desenvolver uma ação “contra ideológica”, trabalhando questões como: subjetividade, singularidade dos sujeitos, etc. Para Althusser (1985), embora cada aparelho ideológico (igreja, sindicato e meios de comunicação etc.) desempenhe uma função que lhe é peculiar, cabe à escola o papel dominante nas sociedades capitalistas, pois desde muito cedo as crianças estão submetidas à incorporação dos valores próprios das ideologias das classes dominantes.

A ideologia está presente nos diferentes âmbitos da vida cotidiana, as práticas são orientadas por ideologias. Toda prática é resultado desse sistema de ideias interiorizadas

no inconsciente por meio do que é vivenciado nas instituições sociais e na escola, que representa um desses aparelhos ideológicos. Sendo assim, os indivíduos são levados a agir conforme uma ideologia, resultando na perda de sua autonomia. Toda educação tem intencionalidade; portanto, estará sempre permeada por ideologia.

Quando questionados sobre as consequências do ESP para a educação, quatro professores desconsideraram a possibilidade de prejuízos. Segundo eles, trata-se de um movimento democrático. Eis o que dizem: “Ele tem situações positivas na situação que falei, de trazer uma posição dos jovens e não de partido A ou B, né... fazendo com que a coisa seja mais limpa mais objetiva e clara para que os jovens de hoje possam definir as políticas futuras” (Suj.01-Prof.Biol.); “Não acredito que vá trazer muito prejuízo para a educação, não” (Suj.07-Prof.Fís.).

Outro grupo, de 11 (onze) docentes, considera que o movimento traz consequências negativas para a educação. De acordo com eles, será a área de Humanas a mais impactada, pois são as disciplinas dessa área que incentivam a reflexão e a criticidade dos alunos. De acordo com Katz e Mutz (2017), muitos ainda veem a escola como uma máquina para disciplinar os sujeitos em um mundo que busca, cada vez mais, o controle.

Lembramos que, na perspectiva de Freire (1967), através da educação, o sujeito conquista consciência e compreende sua realidade política e social e, que por meio dessa consciência crítica, é possível mudar o ambiente à sua volta. O autor faz duras críticas à educação bancária, que trata os alunos como depósitos de conteúdos, despreza a criticidade. Em contrapartida, defende a educação libertadora, que problematiza as relações e condições de vida no mundo. Segundo Freire, não há um detentor do conhecimento, haja vista que professor e aluno aprendem juntos.

Por fim, fica clara a falta de informações acerca do ESP por parte de alguns professores. Dessa forma, percebemos uma certa omissão das entidades representativas dos professores (sindicato), no sentido de oferecerem oportunidades de esclarecimentos e debate sobre as propostas do ESP e suas implicações para o trabalho docente, como pode ser constatado nas falas dos entrevistados: “é a forma do aluno se posicionar, de acordo com as opiniões dele e assim... é a forma que ele pensa e opina em relação a várias coisas” (Suj.03-Prof.Biol.); “Eu acho que é mais uma coisa que as pessoas estão criando para ter mais um problema. Já temos tantos problemas na área da educação que isso vem para criar mais um problema, para isso só faz os alunos serem mais problemáticos do que já são” (Suj.09-Prof.Let.); “Ele traz uma visão ampla para todos os alunos e para os professores, também. Porque na faculdade não temos esse tipo de orientação. Com isso, encaramos um aluno mais preparado e pronto para um futuro melhor” (Suj.03 - Prof.Mat.); “É ... o

professor tentar fazer com que o educando, ele possa se posicionar sem ter um partido definido. Ele, o educando, ter a sua posição, entendeu?” (Suj.01 - Prof. Biol.).

Salientamos que, para a maioria dos entrevistados, o ESP traria consequências negativas para a educação, em especial, para os professores da área de Humanas, uma vez que suas disciplinas instigam a criticidade.

Localizado na parte superior da Figura 2, o polo azul apresenta maior dimensão espacial quando comparado aos demais. Nele, estão presentes os seguintes termos: *professor, conhecimento, autonomia, liberdade, docência, defender, aluno, neutralidade, social, cidadão e doutrinação*. Tais termos competem ao docente e à sua relação com o movimento ESP.

É possível visualizar que os termos *professor, conhecimento e aluno* possuem fortes ligações entre si. Tais termos referem-se ao modo como o movimento afetaria o trabalho do docente e sua liberdade de opinião, como afirmam os docentes: “Vai interferir na forma como o professor vai trabalhar o posicionamento, na forma como vamos ministrar. Teremos disciplinas que serão retiradas do currículo, então vai prejudicar muito, na minha opinião”. (Suj.03-Prof.Bio.); “O professor de história e sociologia, que realmente precisa falar desses temas no seu dia a dia, ele vai ter problema, porque vai ter impasse. O professor vai passar o conteúdo de uma forma que ele sabe que não é a certa e nem poderá dar a sua opinião”. (Suj.05-Prof.Quí.). De acordo com Neto e Cardoso (2017), o movimento ESP atinge os princípios constitucionais e pedagógicos da liberdade de cátedra, além da autonomia do professor. Assim, as palavras deste participante estão em sintonia com a literatura, que critica o movimento ESP.

Entendemos que o diálogo é a base da relação professor-aluno, favorece uma educação em que ambos transformem e sejam transformados por essa relação. Tal posicionamento está na contramão do que prevê o ESP, ou seja, uma relação de caráter engessado, que não permite a reflexão dos alunos, além de não trabalhar certas temáticas censuradas pelo próprio movimento, como, por exemplo, questões de gênero, políticas socioculturais e econômicas. O professor deverá apresentar as temáticas de forma neutra, o que inviabiliza um trabalho de reflexividade e transformador.

Quando indagados sobre as atitudes do professor frente ao movimento ESP, não identificamos consenso entre o grupo; notamos em nove responderam que o docente deve se posicionar e lutar pelos seus direitos, pois trata-se de um movimento que fere diretamente os princípios que orientam a prática do professor. Esses professores afirmam: “Ele deve ser colocado em debate na sala de aula. Porque querendo ou não, a sociedade é conduzida por ideologias, vai ter gente a favor e vai ter gente contra. Numa democracia não se pode haver a supremacia de uma ideia sobre a outra” (Suj.04-Prof.Geog.); “[...]”

devemos nos posicionar, claro! Os docentes são partes fundamentais da instituição escolar, não ceder a este movimento e continuar trabalhando por uma educação plural” (Suj.11-Prof.Geog.).

Do conjunto dos entrevistados, seis docentes responderam que a atitude do professor deve ser a de não se posicionar; comentam que o posicionamento se relaciona à orientação ideológica de cada sujeito, mas que este tipo de questão não deve ser levantada pelos professores, pois evitará a adesão dos alunos ao movimento. Posicionou-se um docente:

[...] a maioria dos professores do meu círculo de conhecimento, eles não tocam nesse assunto, eles não comentam essa questão. Eu acho que isso ocorre já para não incentivar e dar motivo para os alunos se sentirem imbuídos do sentimento da escola sem partido e de entrar nesse movimento, os professores evitam que essa ideia aumente e se sintam entusiasmados a embarcar nesse movimento. E eu não me posiciono, quando o aluno quer se expor eu deixo, mas não alimento, sabe? (Suj.03 - Prof. Biol.)

No âmbito desse grupo, o termo *neutralidade* ganha destaque. Os docentes comentam que a escola é neutra e que sua função é a de formar cidadãos e não de polarizar os estudantes em favor de partido “A” ou partido “B”. Sobre este comentário, lembramos Freire (2001), segundo o qual não há neutralidade na escola e na prática do professor. O ESP tenta garantir uma suposta neutralidade no ato educativo, amarrando a educação com as suas cordas permeadas de ideologias retrógradas.

O conteúdo dos termos similares deste polo sugere que o movimento Escola Sem Partido compromete a função social da educação. É possível perceber que professores de outras disciplinas, como química, por exemplo, mesmo cientes de que sua disciplina não sofre tanto com as consequências do ESP, reconhecem que a área de Humanas será a mais comprometida com a implementação do ESP.

Alguns docentes comentam que o professor não deve se posicionar diante das ameaças para evitar envolvimento dos alunos frente ao ESP, porém, desse posicionamento inferimos certa omissão ou desconhecimento sobre o que de fato é o movimento e suas consequências.

Situado na parte inferior da figura e com menor proporção, encontra-se o polo destacado na cor verde. Nele, estão os termos *partido, jovem, escola, discussão, direito e impor*. Ressaltamos que, para alguns entrevistados, é dever do professor ser plural, discutir questões sociais, de gênero e políticas, estimulando a reflexão dos jovens, sempre buscando o diálogo e sem impor uma única visão de mundo.

Conforme apontam os professores entrevistados, a escola não deve priorizar ou aliar-se a nenhum partido, mas manter-se neutra. Disse um participante: “Para mim, a escola é neutra, tenho 42 anos de estado e nunca vi nenhum professor insinuar nada de partido. A ideia da escola é ensinar ao aluno ser cidadão, tomar suas próprias atitudes e não ser alienado. Esse é o dever da escola, ensinar a se portar como um cidadão inteligente, ser crítico na hora que deve ser crítico” (Suj.07 - Grad.Fís.).

Gramsci (1991) destaca que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica e essa relação será desenvolvida pelos grupos dominantes na direção do Estado, imputando a este uma condição educadora, que intenta obter (falsos) consensos a favor dos interesses de classe à qual está submetido. Neste sentido, a escola não pode se dizer neutra, haja vista que quem está no comando sempre tem uma ideologia e irá propagar suas concepções de acordo com o que segue.

Deste polo, depreendemos que a escola possui sentido ambíguo, pois, para parte dos entrevistados, ela deve ser plural e priorizar discussões com temáticas que incentivem posturas reflexivas e questionadoras de seus alunos. No entanto, há docentes que acreditam que a escola deve ser neutra mesmo diante de toda hostilidade que o movimento dissemina.

Considerando que representação social orienta a formação das condutas dos sujeitos, foi possível compreender que, entre os docentes investigados, mesmo eles fazendo parte de um mesmo grupo (professores do Ensino Médio), não possuem representações homogêneas. Identificamos três subgrupos: o dos professores que mantêm uma posição de neutralidade diante da temática; o grupo de professores (a maioria professores da área de Humanas e apenas um é de exatas) com representação social do movimento Escola Sem Partido centralizada na censura à liberdade de aprender e ensinar; e, por fim, um grupo que não dispõe de informações acerca do movimento ESP e suas consequências.

No tocante às atitudes dos subgrupos frente ao movimento Escola Sem Partido, identificamos que, para os professores que se afirmam neutros, a atitude que mais manifestam é a de não declararem posição; para os que não possuem conhecimento sobre o ESP, identificamos que eles optam por não se posicionar ou tratar o assunto devido à falta de informações. Mas, para o subgrupo que representa o movimento como repressão, a atitude está amparada na luta por uma educação emancipatória.

Frente às variações apresentadas pelos subgrupos no que se refere às atitudes dos docentes para com o movimento, identificamos uma possível representação social do ESP fundada em dois elementos: neutralidade e luta. A neutralidade vincula-se ao medo das

consequências do movimento, concordância com a proposta e receio para com as reações do seu grupo de pertença frente à sua posição. O elemento luta relaciona-se ao fato do ESP ser um movimento conservador que compromete a educação e a democracia, algo que afeta negativamente o trabalho do docente.

Considerações Finais

Buscamos identificar as representações sociais construídas por docentes que atuam no Ensino Médio em instituições estaduais de Recife e Região sobre o movimento Escola Sem Partido. Para isto, realizamos um levantamento de estudos relacionados à temática, que tem sido emergente no campo científico. De forma geral, destacamos referências à temática, como Frigoto *et al.* (2017), Katz e Mutz (2017) e Lima e Peroni (2018), que enfatizam o movimento como contraditório à democracia social e à democratização da educação, impedindo a possibilidade de diálogo na escola.

No que se refere ao que pensam os professores sobre o papel da escola pública frente ao movimento Escola Sem Partido, identificamos que está concentrado em suas implicações para o trabalho desenvolvido por esses profissionais. O conteúdo representacional do ESP é marcado pelas consequências negativas do movimento para o exercício da docência. Fica claro, nos depoimentos dos professores, que o conhecimento e a liberdade estão ameaçados. Para a maioria deles, o papel da escola é de batalhar contra as ideias disseminadas pelo ESP. Salientamos a importância do papel do professor na formação do aluno e a relevância da Teoria das Representações Sociais, pois, devido ao seu caráter interdisciplinar, é uma teoria pertinente para se investigar fenômenos religiosos, políticos e sociais.

No tocante às possíveis atitudes desses docentes frente ao movimento ESP, não identificamos consensos, mas variações no grupo pesquisado. A maioria (nove) dos docentes sugere necessidade de luta e resistência frente ao projeto; há os que não dispõem de informações sobre a temática, além dos que preferem manter-se neutros para com o projeto e suas consequências.

A investigação possibilitou identificar o professor como figura central dos ataques propostos pelo movimento ESP, porém, muitas vezes, os docentes desconhecem o movimento e, principalmente para a maior parte dos investigados, o ESP fere a liberdade constitucional de ensinar e aprender na escola pública.

Assim, entendemos que o movimento Escola Sem Partido nos faz refletir sobre o atual cenário da educação brasileira. Indicamos a necessidade de um trabalho mais incisivo,

sobretudo, por parte dos sindicatos acerca do movimento e suas implicações para a educação pública.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAMARGO, B.V. JUSTO, A.M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, n. 2, v.21, 2013, 513-518.

FREIRE, P. Educação e responsabilidade. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 5 ed. 2001

_____. **Educação como prática de liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JODELET, D (org.). Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 17-44, 2001.

KATZ, E.P.; MUTZ, A.S.C. Escola Sem Partido – Produção de sentidos e disputas em torno do papel da escola pública no Brasil. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP. V.19, 184-205. jan./mar. 2017.

LIMA, P.V.; PERONI, V.M.V. A escola sem partido e as implicações para a democratização da educação. **Revista pedagógica**. v.20, n.44, mai./ago. 2018.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 18 ed. 2001.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

NAGIB, M. **Quem somos**. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em 27 nov. 2018.

NETO, J.L.S.; CARDOSO, H.R. Sobre a autonomia universitária, liberdade de cátedra e o projeto de Lei “Escola Sem Partido”. **Revista de Teoria e Filosofia do Estado**, v.3 n.2,76-94, jul./dez. 2017.

SÁ, C.P. **A construção do objeto de pesquisa em representação social**. Rio de Janeiro: EDUERJ. 1998.

SANTOS, C. A.; PEREIRA, R.S. Militarização e Escola Sem Partido: duas faces de um mesmo projeto. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.12, 255-270, jul./out. 2018.

SILVA, F. A. **Parecer do Relator pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 7181/2014, do PL 867/2015, do PL 1859/2015, do PL 8933/2017, do PL 9957/2018, do PL 6005/2016, e do PL 5487/2016**, apensados, com substitutivo. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C484F2745AF0933C6793FB8BB3D39D4B.proposicoesWebExterno2?codteor=1657686&filena me=Tramitacao-PL+7180/2014>. Acesso em: 28 nov. 2018.

NOTAS:

ⁱ Diz respeito a uma seção da matemática que investiga as relações entre os objetos de um determinado grupo, em que são aplicadas estruturas denominadas grafos $G(V, E)$ em que “V” é o vértice e “E” refere-se as arestas

ⁱⁱ (****) seguido das variáveis das variáveis: sujeito, gênero, formação na graduação e tempo de docência.

Sobre as autoras

Laeda Bezerra Machado é Doutora em Educação, professora Associado, vinculada ao Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Mayara Correa da Silva Mendes é Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco

Recebido em: 14/05/2020

Aceito em: 20/10/2020